

Maior colecção de azulejo industrial ameaçada

Desde 1980 que a Cortiço & Netos recupera, armazena e cataloga revestimentos cerâmicos e louças das mais antigas fábricas nacionais

Na fronteira entre os concelhos de Lisboa e da Amadora, no local onde decorrem a ritmo acelerado os trabalhos de terraplanagem para o último lanço da CRIL (Circular Regional Interna de Lisboa), disputa-se uma autêntica 'guerra surda' entre um município e uma empresa, que tem por vítima um velho comerciante de azulejos antigos.

Nos últimos 30 anos, Joaquim Cortiço reuniu aquele que pode ser considerado o maior espólio de azulejos industriais a nível nacional, provenientes de obras, demolições e linhas descontinuidas de fábricas que há muito deixaram de existir (Ceres, Constância, Estaco, Fábricas Coimbra, Gresval, Viúva Lamego, Loças de Sacavém, Revigrés ou Valadares, entre outras).

Por entre pilhas, caixotes e paletes arrumados desordenadamente por força da acção de despejo em curso (ver caixa), é possível identificar azulejos das mais variadas épocas, começando nos exemplares típicos da Lisboa pombalina. Todavia, a grande maioria denota os padrões e os estilos mais usuais nas décadas de 50, 60 e 70. "Fiquei conhecido como 'o tipo que compra tudo', ali por trás do cemitério de Benfica", observa Joaquim Cortiço, de 78 anos.

A Cortiço & Netos é visitada diariamente por pessoas de todo o país em busca de azulejos portugueses raros. Os clientes

vão dos desesperados que já palmilharam todas as lojas em busca de um azulejo de substituição ou reparação aos que procuram qualquer tipo de azulejo usado e a bom preço, passando pelas companhias de seguros, que só querem pagar o que se estragou e até pelos designers que procuram as soluções mais originais.

É bom negócio? Joaquim Cortiço assegura que sim: "o antigo é mais caro do que o novo. Os azulejos são vendidos à peça, por €1,5 ou €2. Também vendemos azulejos a €3 o metro quadrado,

mas é difícil encontrar lotes de 20 metros que não apresentem várias tonalidades ou provenientes de fornadas diferentes".

O negócio da reutilização de azulejos e louças de casa de banho antigas surgiu nos anos 80 e um pouco por acaso, quando Joaquim Cortiço procurava este tipo de materiais para utilização própria. Foi então edificando, de uma forma clandestina, as actuais instalações da Cortiço & Netos.

Criou também uma loja de materiais de construção para complementar a oferta e chegou a



A empresa acusa a Câmara da Amadora de fazer um despejo repentino e agressivo

ter oito empregados. "Até ao ano passado, tivemos crescimento e pagámos regularmente à Segurança Social e as nossas contribuições autárquicas. Este ano, por causa de todo este processo, estamos a fazer 10% do que facturávamos", explica.

Consciente da ameaça da CRIL, Joaquim Cortiço adquiriu, há seis anos, um conjunto de 16 pavilhões de um antigo aviário, nas imediações de Alenquer, para onde reencaminhou os exemplares de azulejos mais valiosos.

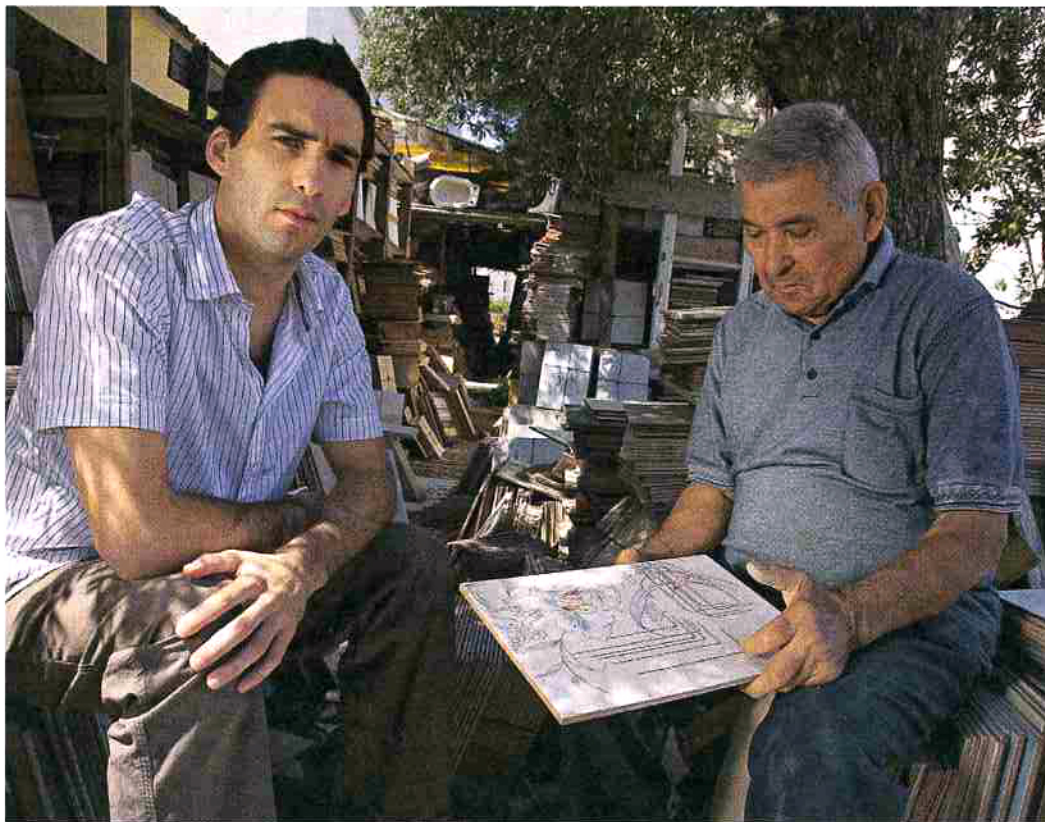
Os restantes estão a ser compulsivamente transportados por funcionários da Câmara Municipal da Amadora para um armazém a céu aberto, na sequência de uma ordem de despejo motivada pelas obras do último troço da CRIL e por se tratar de uma construção ilegal.

"Se calhar, a Câmara da Amadora nunca pensou num museu municipal. Bem, agora já tem, mas em paletes!", exclama Pedro Ferreira, um dos sócios da empresa e designer industrial com dois painéis expostos no Museu Nacional do Azulejo. "O azulejo industrial português ainda não está catalogado mas, por agora, há que encontrar uma solução comercial para tudo isto".

Associado a uma pequena loja de apoio na Venda Nova, Joaquim Cortiço mantém a esperança de que o negócio não morra com este despejo, embora lamentemente a forma como foi tratado ao longo de todo este processo. "Nunca me convenci que tivesse este desfecho, por isso fiz sociedade com os meus netos", confessa o velho armazenista. A.C.

Câmara "sem alternativas"

"A sensação de injustiça que sentimos é enorme, apenas suplantada pelo sentimento de impotência e preocupação com o bem-estar físico e psicológico do nosso avô", afirmam João e Pedro Ferreira, dois dos sete sócios da Cortiço & Netos, perante a situação que envolve a empresa. "Há cerca de um ano que fomos notificados da necessidade de abandonar um dos nossos armazéns, como consequência das obras da CRIL. Aceitamos essa situação com naturalidade, mas desde o início que tentamos obter uma reunião com o presidente da Câmara Municipal da Amadora, para discutir uma solução para o abandono dos terrenos onde a Cortiço & Netos sempre recebeu os seus clientes", diz João Ferreira. Da parte da Câmara, a vereadora Carla Tavares diz que "não havia alternativa, dado que o Programa de Realojamento da CRIL não prevê casos não habitacionais", acrescentando que a demolição do edifício foi suspensa até à resolução do diferendo com a Cortiço & Netos. Quanto ao valor patrimonial ou cultural do espólio, afirma "desconhecer por completo". A empresa diz que vai pedir uma indemnização de €75 mil.



Pedro Ferreira e o avô, Joaquim Cortiço — duas gerações na Cortiço & Netos FOTOS TIAGO MIRANDA